

ELITE IMPERIAL BRASILEIRA: DA INSPIRAÇÃO À PRÁTICA DO AGIR POLÍTICO

Cesar Machado Carvalho¹
Geraldo Jose Ferraresi de Araujo²

RESUMO: A pesquisa parte da concepção que a independência do Brasil ocorre sob o prisma das propostas liberais ocorridas entre os séculos XVIII e XIX. Porém na prática observamos uma postura da elite política, norteada por concepções elitistas, autoritária e excludente que se distanciava das premissas liberais. Como resultado, o Brasil adota um regime monárquico que tem como princípios o autoritarismo e o centralismo. O objetivo do trabalho é realizar um estudo sobre os ideais e a prática que nortearam o agir político da elite brasileira no processo de independência e durante os período Imperial e Regencial. Como método, utilizamos o levantamento bibliográfico. Foram consultados autores como Raymundo Faoro, Emília Viotti da Costa e Wanderley Guilherme dos Santos. Em suma os ideais liberais que nortearam as manifestações por independência cairiam em desuso pela mesma elite que os aclamavam e o Brasil seria guiado por uma elite que em sua maioria adotaria prática política de autoritarismo, exclusão e elitismo. Em virtude disso e estrutura social do Império Brasileiro se caracterizaria por ser escravocrata e patriarcalista.

Palavra Chave: Política; Brasil Império e Regência; Preceitos e Práticas Políticos

BRAZILIAN BUSINESS ELITE: FROM INSPIRATION TO THE PRACTICE OF POLITICAL ACTION

ABSTRACT: The research begins with the conception that the independence of Brazil takes place within the prism of liberal proposals between the eighteenth and nineteenth centuries. But in practice we observe a authoritarian and exclusivist stance of the political elite guided by elitist conceptions, keeping it away from the liberal assumptions. As a result, Brazil has adopted a monarchical regimen as political system whose principles are the authoritarianism and centralism. The objective of this article is to conduct a study on the ideals and practice that guided the political action of the Brazilian elite in the process of independence and during the Imperial and Regency periods. As method of study, we will make use of bibliographic literature. Authors, on this subject, as Raymundo Faoro, Emilia Viotti da Costa and Wanderley Guilherme dos Santos were consulted. In short, the liberal ideals that guided the demonstrations for independence would fall into disuse by the same elite that proclaimed them. Brazil would be guided, therefore, by an elite that would adopt practical politics of authoritarianism, exclusionism and elitism. As a result, the social structure of the Brazilian Empire was characterized as elitist, and patriarchal slavery.

Keywords: Politics; Brazil Empire and Regency; Political Teachings and Practices

¹ Msc em Ciências Políticas – Universidade Federal de São Carlos. E-mail: cesarmc27@yahoo.com.br

² :Bacharel em Administração – FEA-RP/USP. E-mail: geraldoferaresi@gmail.com

Introdução

O presente trabalho parte da concepção que a independência do Brasil ocorre sob o prisma das propostas liberais ocorridas entre os séculos XVIII e XIX. Porém na prática observamos uma postura da elite política norteadas por concepções elitistas, autoritárias e excludentes que se distanciava das premissas liberais. Como resultado, o Brasil adota um regime político monárquico que tem como princípio o autoritarismo e o centralismo. O objetivo do trabalho é realizar um estudo sobre os ideais e as práticas que nortearam o agir político da elite brasileira no processo de independência e durante o período Imperial. Pautado na justificativa de que este agir político da elite neste período esteve sustentado no legado de se pensar a organização Estatal nas ações da administração do Marques de Pombal no reino português.

Deste modo, partiríamos do pressuposto que a elite brasileira na pós-emancipação se orientaria pela concepção da construção do Estado Nacional através de medidas que se aproximariam da concepção da “via pombalina”, e que poderia paulatinamente, principalmente por pressões externas, a edificação de um Estado pautado na descentralização no federalismo e nos princípios liberais que se configuraria em um projeto político tangível.

Metodologia

A metodologia aborda, de acordo com Vitoriano e Garcia (2004)³, o processo operacional e a maneira lógica de organizar a seqüência de diversas atividades para chegar a um fim almejado ordenando a própria ação do objeto do estudo e da pesquisa. Dado o exposto acima, a natureza da pesquisa utilizada nesse trabalho é a do tipo qualitativa que, de acordo com Richardson (1999)⁴, pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas. Além disso, foi utilizada a pesquisa explicativa que, de acordo com Vitoriano e Garcia (2004), objetiva identificar os fatores que determinam ou contribuem para ocorrência do fenômeno. Conseqüentemente, o instrumento de pesquisa utilizado para a elaboração foi a revisão bibliográfica, foram consultados importantes autores sobre o tema como Raymundo Faoro, Emília Viotti da Costa e Wanderley Guilherme dos Santos, que visa obter os aspectos mais

³ (2004). **Produzindo Monografia**. 5. ed. São Paulo: Limiar.

VITORIANO, Benedicto A.C; GARCIA, Carla C.

⁴ RICHARDSON, Roberto J. (1999). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas.

relevantes de um determinado problema e as suas descrições de uma situação em estudo. Segundo Bardin (1979, p.31 apud por Richardson 1999, p. 223)⁵, esse método pode ser definido como um conjunto de técnicas de análise visando obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo, indicadores (quantitativos, ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas).

Portugal: da Revolução de Avis à Reforma Pombalina

Para o entendimento da formação do Estado Imperial no Brasil e da compreensão do modo de se pensar do agir político da elite imperial, resgataremos o legado luso de pensar e fazer política, visto que, a ruptura entre metrópole e colônia não ocorreu com a total negação dos preceitos culturais políticos português, mas por anseios dos colonos em obterem autonomia política e econômica em relação à Metrópole. De acordo com Faoro (1994)⁶, com a revolução de 1385 em Portugal que firmou a dinastia de Avis trouxe a organização do Estado centralizada na figura do rei e futuramente aliaria a burguesia nascente na busca por prosperidade econômica para a nação.

Como resultado, o Estado português se apoia como base de seu desenvolvimento econômico, comercial e no expansionismo através das realizações nas grandes navegações. Em virtude disso, expande a sua influência comercial para outros continentes e aumenta suas possessões, por consequência adquire vultosas riquezas e torna, juntamente com a Espanha, uma grande potência mundial. Porém, segundo Faoro (1994), a revolução econômica que passava Portugal, no campo político tornara-se “irrealizada”, pois a elite política portuguesa fundamentou seus preceitos da gestão estatal e no pensamento escolástico e medieval. Portugal desestima a proposta iluminista que afloram na Europa Ocidental e apaga-se aos ideais da Contrarreforma e ao Despotismo Político. Enfim, o império luso configurava-se em um “reino cadaveroso”, na qual a nação ficou refém de uma elite parasitária, preocupada em manter suas regalias e seu status quo, e entregue a acordos desvantajosos firmados com os ingleses.

Logo, o encontro de Portugal com a idade moderna ocorreu através das reformas de Marques de Pombal, através de uma política autoritária e repressora. O ministro do então estado luso influenciado pelos preceitos iluministas reorganiza todo o país, inserindo na gestão estatal a concepção do racionalismo, com ensejo de modernizar a máquina do Estado,

⁵ BARDIN, Laurance.(1979). **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70.

⁶ FAORO, Raimundo. (1994). **Existe um Pensamento Político Brasileiro**. São Paulo: Ed. Ática.

melhorando o sistema de arrecadação e elevando as finanças do reino. Também, como medida de recuperação do estado português Pombal aproximou-se e incentivou à participação da burguesia no governo e afastando do poder a influência da nobreza e da Igreja, negando a concessão de privilégios seculares e outras vantagens cedidas a estas categorias. Para o Pombal o atraso português era devido a submissão do reino aos interesses de uma nobreza parasitária e retrógrada aos ideais escolásticos impregnados na cultura política lusa.

Como medida para enfraquecer o pensamento dos clérigos na estrutura monárquica, o ministro expulsou os jesuítas de Portugal e de seus domínios, acabando com a inquisição e findou com o monopólio dos jesuítas em relação ao processo educacional implantando a laicização do ensino e a universidades assumiram um academicismo cada vez mais racional. Enfim, Pombal reorganiza o Estado político português, inserindo algumas propostas iluministas, porém sem descaracterizar a estrutura política do Estado, em outras palavras, manteve a ordem legal da burocracia e da jurisdição compulsória sobre o território e monopolizou o uso legítimo da força. Logo, para Faoro (1994) a forma com que Pombal estruturou e reergueu o Império Português se caracterizou como uma forma particular de gerir um Estado, em que o autor a definiu como “via pombalina”, ou seja, a centralização do poder estatal está sobre a rege de uma elite esclarecida, a qual exercerá o poder sobre as partes que compõem a sociedade, alocando seus interesses firmados na racionalidade e na manutenção da soberania nacional.

Elite Imperial Brasileira: Da inspiração à prática política

Para Faoro (1994) o legado da “via pombalina” na estruturação do Estado Português serviu de exemplo para a formação do Estado Brasileiro, após o processo de Independência de 1822, pois se norteou através do princípio de um estado regulador da vida social, isto é, um governo absolutista por princípio e prática, porém nascido sob a aclamação de alguns preceitos específicos do liberalismo. Isto se deu devido, em meados de 1822, pois, a então colônia brasileira sentia os reflexos dos ideais liberais que foram fonte de inspiração para o processo de independência dos Estados Unidos em 1776, a Revolução Francesa (1789-1799) e para os sucessivos movimentos de independência que ocorriam nas colônias espanholas no continente americano.

De acordo com Costa (1999)⁷, a concepção liberal está vinculada ao desenvolvimento do capitalismo e a crítica do mundo senhorial, surgiu do enfretamento entre burguesia e o abuso da autoridade real, como a concessão de privilégios ao clero e da nobreza, a imposição de monopólios que inibiam a produção, a circulação, o comércio e o trabalho livre. Os liberais defendiam a teoria do contrato social, afirmavam a soberania do povo e a supremacia da lei, lutavam pela divisão de poderes, pelas formas representativas de governo, a igualdade perante a lei, o direito a propriedade e a liberdade de comércio e de trabalho. No Brasil de 1822, o processo de emancipação do Império português e da formação do Império Brasileiro fora estimulado pelo preceito liberal vigente no século XVIII e XIX, por intermédio de uma elite política que se julgava apta e esclarecida para a construção da soberania nacional. Por serem temerárias a um governo em que prevalecessem o ideal da soberania popular e um estado altamente absolutista, as elites viam na monarquia constitucional o caminho para se conseguir manter o povo sob controle, restringir o poder do imperador e conseguir a unidade e a estabilidade política (COSTA, 1999)

De acordo com Carvalho (1981) e Santos (1978), a assimilação dos ideais liberais de influentes atores políticos que estiveram no processo de independência advêm de homens, originários das camadas mais ricas e privilegiadas, que tiveram sua formação intelectual nas universidades europeias, principalmente a Universidade de Coimbra, uma vez que em contato com liberalismo europeu possibilitou a formação cultural e intelectual destes atores. Em vista disso, esta elite política passou a ter a percepção que Portugal era uma metrópole decadente, uma nação estagnada. E que através do fim da relação estabelecida com o pacto colonial e da formação de um estado moderno entre Portugal e Brasil se poderia construir uma nação forte, pois se mesclaria a estrutura hierarquizada e centralizada da gestão estatal portuguesa e com a capacidade do Brasil em produzir matérias primas para exportação. De acordo com José Bonifácio, uns dos mais influentes lideranças políticas do período, Brasil e Portugal não precisariam seguir o caminho da emancipação, para isso, Portugal necessitaria de mudar sua postura em relação ao Brasil, ou seja, anular a posição do país como colônia e o integra-lo ao reino oferecendo igualdade políticas e econômicas. Ademais, seria um processo de junção de interesses de ambas as elites, para os lusos a manutenção da estrutura política pombalina e aos brasileiros a liberdade para exercer o livre-comércio. (SANTOS, 1978)

⁷ COSTA, Emilia V. (1999). **Da Monarquia à República**: Momentos decisivos. 6. ed. São Paulo, Fundação Editora da UNESP.

O Debate Político no Brasil Império e Regencial

Contudo, percebemos que o discurso liberal brasileiro importou os princípios e formulas políticas para serem ajustadas as necessidades da realidade do país. Os adeptos ao liberalismo eram homens cujos interesses se relacionavam com a economia de importação e exportação, proprietários de grande extensão de terras e elevado número de escravos que ansiavam por manter as estruturas tradicionais de produção ao mesmo tempo em que se libertavam do jugo de Portugal e das restrições que este impunha ao livre-comércio. (COSTA, 1999).

As estruturas sociais e econômicas que as elites brasileiras desejavam conservar significavam a sobrevivência de um sistema de clientela e patronagem e de valores que representavam a verdadeira essência de que os liberais europeus pretendiam destruir. Encontrar uma maneira de lidar com essa contradição (entre liberalismo, de um lado, e escravidão e patronagem do outro) foi o maior desafio que os liberais brasileiros tiveram de enfrentar. No decorrer do século XIX, o discurso e a prática liberais revelaram constantemente essa tensão. (COSTA, 1999 p. 135)

Neste interim, a posição da elite portuguesa a proposta brasileira de se construir um reino entre as duas nações fora descartado e foi mantida a posição de colônia ao Brasil e do pacto colonial. Por consequência, a proposta por emancipação ganhou força e a elite política brasileira inicia seu processo de independência e de construção de um Estado que promulgasse seus interesses políticos e econômicos. Deste modo, o ideal liberal foi o combustível para por em prática o processo de independência da colônia, por outro lado, a herança do pensamento político português assimilado pela elite brasileira fora a responsável por homogeneizar seus princípios, contribuindo para a estratégia de um projeto comum de nação, coesa aos interesses da elite. (CARVALHO, 1981)⁸ Como afirma Carvalho (1981):

A homogeneidade ideológica da elite política e o treinamento seriam características marcantes da elite política portuguesa, criadora e criadora do Estado Absolutista. Uma das políticas dessa elite seria reproduzir na colônia uma outra elite feita a sua imagem e semelhança. A elite brasileira, particularmente da primeira metade do século XIX, teria treinamento em Coimbra concentrado na formação jurídica e seria, em sua grande maioria, parte do funcionalismo público, especialmente da magistratura e do Exército. (CARVALHO 1981 p.34).

Todavia, a realidade social e econômica brasileira era distinta do mundo europeu para a disseminação dos ideais liberais, pois problemas como analfabetismo, a marginalização do povo da vida política e da eficiência dos meios de comunicação se configuravam como entrave para a disseminação das ideias ilustradas. Também, tal premissa teria um significado muito restrito, visto que na Brasil predominava uma sociedade estamental formada por

⁸ CARVALHO, Jose M. (1981). **A Construção da Ordem: A elite política imperial**. Brasília, Ed. Universidade de Brasília.

donos de latifúndio, trabalhadores comuns e escravos, com a ausência de uma burguesia dinâmica que pudesse servir de suporte a esses ideais. (COSTA, 1999). Além disso, a escravidão constituiria o limite do liberalismo no Brasil, pois grande parte da elite política se posicionara de uma maneira elitista, racista e escravocrata em respeito da emancipação dos escravos, com o temor de uma revolta dos escravos e da perda da mão de obra que garantia sua riqueza.

Dentro dessas condições soariam falsos e vazios os manifestos em favor das formulas representativas de governo, os discursos afirmando a soberania do povo, pregando a igualdade e a liberdade como direitos inalienáveis e imprescritíveis do homem, quando, na realidade, se pretendia manter escravizada boa parte da população e alienada da vida política outra parte. (COSTA, 1999 p.29)

Desse modo, a repercussão dos preceitos liberais pela elite colonial ressoaria na população nativa que o processo de independência poderia significar a possibilidade de eliminar as restrições que afastavam as pessoas de cor das posições superiores, dos cargos administrativos, do acesso a Universidade de Coimbra e ao clero superior.

Abolir as diferenças de cor branca, preta e parda, oferecer iguais oportunidades a todos sem qualquer restrição era o principal ideal das massas mestiças que viam nos movimentos revolucionários a oportunidade de viverem em “igualdade de abundância”. Para estas, a independência configurava-se como luta contra os brancos e seus privilégios. (COSTA, 1999 p. 31)

Logo, em 1822, o Brasil se torna independente adotando o regime monárquico, pois a elite política acreditava que somente esta forma de regime poderia conter a unidade territorial do país, evitar a fragmentação territorial e manter os interesses políticos e econômicos da elite. A preocupação era assegurar que o controle da nação permanecesse nas mãos dos grandes latifundiários. Embora no interim entre a independência e a implantação da Constituição de 1824 houvesse a polarização de interesses entre as elites políticas: aqueles favoráveis ao um regime monárquico com um poder legislativo forte em detrimento ao poder real e aqueles simpatizantes a centralização do poder nas mãos do rei.

Como resultado deste embate o Império Brasileiro se configurou na centralização do poder na figura do Dom Pedro I que através de uma manobra política, com a ajuda de seus simpatizantes, outorga a constituição de 1824 e cria o Poder Moderador, que funcionará como um instrumento de intervenção administrativa e política junto aos poderes Legislativos e Judiciários. Em vista disso, percebemos a adoção, por parte da elite imperial, a estratégia de se construir a ordem e a estrutura do Estado através dos princípios utilizados Pombal em Portugal, na qual o Estado seria o responsável pela formação de uma sociedade e da nacionalidade, bem como pela regulamentação da vida política e econômica.

Os princípios liberais que foram as chamas do processo de independência na prática foram abandonados através de medidas que não garantiam a universalização de direitos, pois na recente nação somente aqueles que eram responsáveis pela geração de riqueza no país, homens de posses (critérios censitários) poderiam de usufruir de direitos políticos e civis. A Constituição de 1824 criou condições para a formação de uma poderosa oligarquia no poder, pois tanto o Senado, que era um cargo vitalício, como a Câmara de Deputados, que havia eleições quadrienais, ambos eram ocupados por indivíduos ligados pelos mesmos interesses. Deste modo, formavam uma rede política de clientela e patronagem, que utilizavam tanto em seu próprio benefício quanto no de seus amigos e protegidos. (COSTA, 1999)

por trás da fachada liberal, as influencias pessoais, as lealdades individuais e os favores recíprocos eram os ingredientes reais do poder. A retórica política estava subordinada à opinião de uns poucos que controlavam o eleitorado. (COSTA, 1999 p. 143)

Também, o tema abolição dos escravos tornou-se ausente no debate político da elite imperial, com a justificativa de que os escravos eram parte integrante da propriedade privada dos senhores de terra, ou seja, uma mercadoria destes. Sendo assim, os escravos foram inseridos na lei de proteção da propriedade privada pregadas pelas propostas liberais da elite imperial. (SANTOS, 1978)⁹ Agora no campo do debate político, tanto no primeiro reinado quanto no segundo reinado, mesmo com a centralização do poder nas mãos dos imperadores, o Senado e a Câmara eram espaços para o embate político e ideológico e havia três facções que disputavam pelo poder: a primeira de tendência conservadora favorecia a centralização e apoiava, em princípio, o imperador; a segunda, mais liberal, pretendia dar maior poder ao Parlamento; e a terceira, mais democrática, favorecia a descentralização, o sufrágio universal e a nacionalização do comércio. (COSTA, 1999)

Logo, no ínterim entre os reinados de D. Pedro I e D. Pedro II houve um período de reações da ala mais liberal na monarquia e em varias regiões do país contraria a centralização do poder e a manutenção da escravatura e o apoio a maior autonomia as províncias. Estas manifestações eram vista pela ala conservadora como princípio de enfraquecimento do Estado e uma ameaça para a fragmentação territorial e da unidade política, acreditavam para se ter um estado liberal no Brasil, com base no republicanismo federativo, era necessário que o país tivesse a estrutura e instituições que dessem suporte a formação de um Estado Nacional, visto que havia a carência da construção de um espírito nacionalista, de pertencimento ao uma nação no seio da sociedade brasileira. (SANTOS,1978)

⁹ SANTOS, Wanderley G. (1978). **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**. São Paulo: Duas Cidades.

Como resultado destes embates políticos-ideológicos e da situação econômica do Império, D. Pedro I se abdica do poder em 7 de abril de 1831. A partir desta data há no Brasil a primeira experiência de descentralização política, sob o comando da elite liberal, temos o período regencial que duraria, em princípio, até o príncipe alcançar a maioridade e restabelecer o império. Porém, dura até o ano de 1840 devido ao golpe político arquitetado pela elite conservadora para a antecipação da maioridade do príncipe e a sua ascensão no poder. (SILVA, 1932)¹⁰.

Logo, esteve acordado entre as facções políticas que o período regencial se basearia na descentralização política em que se concederia maior autonomia as províncias e a criação assembleia legislativas provinciais, ou seja, cada província teria seu próprio poder legislativo. Além disso, as províncias teriam autonomia de escolher seu próprio presidente, de acordo com seus sistemas eleitorais estabelecidos, e os postos judiciários e policiais seriam preenchidos mediante as eleições locais. (SANTOS, 1978). No entanto, a período regencial tornou-se marcado pelos conflitos regionais do que pela experiência de se realizar um regime político descentralizado. A experiência federalista enfrentou problemas a respeito à preservação da unidade política territorial do país, pois as elites locais deram início a implantação de políticas segundo seus interesses imediatos, contrariando a ordem política e econômica estabelecido pela elite do poder central. Em suma, um período de intensos conflitos de interesses provinciais com a União, em alguns casos a formação de revoltas armadas. (SANTOS, 1978)

Desde modo, sob uma ameaça de fragmentação territorial e da unidade política, o princípio da “via pombalina” passa a ser acionado pela elite política conservadora como um importante instrumento para salvaguardar os interesses da classe dominante. Assim, em 1840 antecipam a maioridade de D. Pedro II, aos quinze anos torna-se rei, outorgam a centralização do poder, esmagam com violência qualquer foco de manifestação separatista e federalista, bem como as suas lideranças são expulsa da vida política. Como legado o período regencial ficou os desafios de se criar uma unidade política nacional frente aos interesses políticos e econômicos das elites regionais e de uma situação social de calamidade que muitas províncias sofriam. A sede central do governo brasileiro não conseguiu com sucesso articular seus interesses com as das elites provincianas, o que ocorreu no período regencial foi a perda perspectiva de salvaguardar os laços das elites criados no processo de independência por ambições políticas locais.

Logo, superado a sublevação federalista ou emancipatória de grande parte das províncias do território nacional, a elite política, principalmente a ala liberal, passa a vislumbrar um modelo monárquico parlamentar, ao molde da Inglaterra, pois acreditavam

¹⁰ SILVA, Francisco A. (1992) **História do Brasil**: Colônia, Império, República. São Paulo. Ed. Moderna.

que esta seria a única maneira para a se consolidar paulatinamente um futuro sistema descentralizado. Agora as críticas liberais repousariam com mais enfaticamente sobre o poder central e a sua postura autoritária de exercer este poder sobre as partes (as províncias). (SANTOS, 1978)

No decorrer do Segundo Reinado outros temas levaram o embate político-ideológicos entre as elites liberais e conservadoras, por exemplo, a discussão a respeito do sistema tarifário, pois de um lado os liberais eram favoráveis pela adoção do protecionismo, visto que através das taxações sobre os intercâmbios comerciais da União obteria uma receita fiscal maior e poderia reverter a divisas da receita no incentivo a industrialização nacional. Por outro lado, os conservadores estavam concatenados aos interesses dos senhores de latifúndios que eram favoráveis a uma economia voltada para o comércio de exportação, com baixa intervenção do Estado.

Os outros temas foram às questões da escravidão e da mão de obra, que devido a pressões externa o Brasil foi proibido de exercer o comércio de escravos em seu território, causando problemas às estruturas política e econômica do país. Pela primeira vez, a elite vê a real necessidade de se discutir a implantação de mão-de-obra assalariada no sistema produtivo nacional. Desta forma, damos conta que, a paulatina inserção dos ideais liberais, como a abolição dos escravos e a adoção do trabalho assalariado, que circundou o poder autoritário, elitista e excludente do sistema imperial foi inserido na agenda de medidas do Estado através por pressões externas, em outras palavras, com a consolidação do sistema capitalista e da industrialização na Europa Ocidental, os países periféricos e nova ordem mundial viram-se obrigados ou pressionados a por em práticas os ideais que permeava esta ordem, como o fim do trabalho escravo e a adoção do trabalho assalariado, a instituição de direitos e deveres aos cidadãos e da organização de uma sociedade em que prevaleça o merecimento individual para se obter a ascensão social.

Considerações finais

A “via pombalina” promoveu ao território português a revitalização do governo, a racionalização da burocracia e o desenvolvimento econômico luso, através de uma política autoritária e centralizada que regulou todas as instituições e a vida social. O agir político adotado por Marques de Pombal resgatou o reino luso de um período “canaveroso”, isto é, uma organização estatal voltado em manter os privilégios da nobreza e do clero e contaminado com um sistema político escolástico, para um reino onde o diálogo articulou concepções ilustradas vigentes nos países da Europa ocidental. As transformações realizadas

por Pombal com o tempo aproximaram os filhos da elite da colônia brasileira, com as premissas liberais, que repercutiria na colônia como forma de contestação ao pacto colonial e a submissão a Metrópole. Por conseguinte, esses mesmo preceitos seriam a chama por manifestações de igualdade política entre colônia e a metrópole pela elite colonial e, mais tarde, como discursos para propagar o anseio por emancipação.

No entanto, os ideais liberais que nortearam as manifestações por independência cairia em desuso pela mesma elite que o aclamava, o Brasil seria guiado por uma elite que em sua maioria adotaria práticas políticas de autoritarismo, exclusão e elitismo. O primeiro regime político do país seria o regime monárquico com características absolutistas, pois medidas como outorgar a Constituição e a criação do Poder Moderador mostraria um agir político em que somente os mais esclarecidos, ou seja, a elite política, seria a responsável por construir um Estado Nacional. O código mental da elite política imperial foi exercida de maneira impositiva a estrutura da nova sociedade brasileira. Em virtude disso, estrutura social do Império Brasileiro se caracterizaria por ser elitista e escravocrata, no campo econômico predominaria o tráfico de escravos, a exportação de matérias-primas e a produção de monocultura e no campo político a prática da patronagem e do clientelismo da relação entre a própria elite política e entre este e a sociedade ou entre o Estado e sociedade.

Mesmo que, tenha predominado este modo de se agir na política nacional as manifestações e articulações pelos ideais liberais e por federalismo circundou as arenas decisórias da organização Imperial, tendo como resultado um breve período de governo federativo, caracterizado como período regencial. Porém, seus resultados foram mais catastróficos do que benéfico para os interesses da elite política nacional, pois foi nesse período que mais se ameaçou a unidade administrativa do país e a coalização de interesses entre as elites locais. Tal experiência federativa deixou como experiência para elite política brasileira que um processo de descentralização e federalismo teria de ocorrer de uma forma paulatina e arquitetada, pois o país ainda carecia na sociedade, de uma forma geral, de um espírito que aflorasse o nacionalismo frente aos anseios particulares.

Contudo, o desenvolvimento da sociedade capitalista e do industrialismo exerceriam significativas pressões a elite conservadora brasileira que agora seriam obrigados a abdicar da concepção de organização política enraizado na “via pombalina”, em outras palavras, um cambio radical do sistema políticos e econômico até então adotada, para um agir político mais próximo das concepções do liberalismo. Como resultado, a elite política brasileira se organizaria em torno de seus interesses para promover um estado federativo, sem escravos e com direitos universais. Enfim, o agir político das elites em salvaguardas os seus interesses será uma postura ao longo dos diversos regimes políticos do Brasil.

Bibliografia

BARDIN, Laurance.(1979). **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70.

CARVALHO, Jose M. (1981). **A Construção da Ordem**: A elite política imperial. Brasília, Ed. Universidade de Brasília.

COSTA, Emilia V. (1999). **Da Monarquia à República**: Momentos decisivos. 6. ed. São Paulo, Fundação *Editora* da UNESP.

FAORO, Raimundo. (1994). **Existe um Pensamento Político Brasileiro**. São Paulo: Ed. Ática.

SANTOS, Wanderley G. (1978). **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**. São Paulo: Duas Cidades.

SILVA, Francisco A. (1992) **História do Brasil**: Colônia, Império, República. São Paulo. Ed. Moderna.

RICHARDSON, Roberto J. (1999). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas.

VITORIANO, Benedicto A.C; GARCIA, Carla C. (2004). **Produzindo Monografia**. 5. ed. São Paulo: Limiar.